Revista Letras Escreve Macapá, AP v. 17 – n. 2 ISSN 2238-8060
DOSSIÊ TEMÁTICO - Os 50 Anos da Revolução de Abril: laços culturais Portugal-Brasil-África e ensino de Literaturas no Brasil
ARTIGO

RESENHA SOBRE A OBRA:

BA, Mamadou. Antirracismo. Nossa luta é por respeito, amor e dignidade. Belo Horizonte: Nandyala, 2024.

Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO
Submissão do trabalho: 13/02/2026
Aprovação do trabalho: 07/8/2026
Publicação do trabalho: 19/10/2026

Alcione Correa Alves
alcione.correa@ufrr.br
Universidade Federal de Roraima/CNPq

COMO CITAR
CORREA ALVES, Alcione. RESENHA SOBRE A OBRA: BA, Mamadou. Antirracismo. Nossa luta é por respeito, amor e dignidade. Belo Horizonte: Nandyala, 2024. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1–5, 2026. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1355.

Parte significativa das ações antirracistas a que coletivas(os), comunidades e trabalhadoras(es) acadêmicas(os) têm recentemente se dedicado encontram obstáculo, severo, em apreciações a perpassar um imaginário coletivo, frequentemente leigo (isto é, sem um trabalho prévio de letramento racial), em que o problema da raça consistiria em um subproduto de discursos que, ao destacar uma centralidade da raça, se equivocariam, por salientar um problema inexistente - ou, no limite, apenas discursivamente existente, no âmbito de posições identitaristas[1]. Por exemplo, um argumento segundo o qual uma pessoa, se defendendo não de uma acusação de racismo mas do próprio argumento da existência do racismo como fenômeno socialmente relevante, evoca a premissa de que "não vê cores [ou raças], mas pessoas":

> [n]ão ver a raça faz pouco pela desconstrução das estruturas racistas ou por melhorar materialmente as condições a que as pessoas de cor estão quotidianamente sujeitas. Para desmantelar as injustiças sociais racistas, temos de ver a raça. Temos de ver quem beneficia da sua raça, quem é desproporcionalmente impactado pelos estereótipos negativos acerca da sua raça e a quem é que são outorgados poderes e privilégios - conquistados ou não - em virtude da sua raça, da sua classe e do seu gênero. Ver a raça é essencial para mudar o sistema (Eddo-Lodge, 2021, p. 104)

Na tarefa coletiva, particularmente na tarefa antirracista coletiva efetuada desde o trabalho acadêmico (lugar de onde se situa a presente resenha), o livro de Mamadou Ba oferece uma análise

[1] Entre nós, contemporaneamente, na esteira do que se tem nomeado, em argumentos conservadores, como "narrativas".

a subsidiar um avanço em nossos modos de, percebendo a centralidade da raça, aprimorar relações conceituais e novas possibilidades de pesquisa, assim como a ações de letramento racial e subsídio a políticas públicas antirracistas, no âmbito do Sistema Nacional de Igualdade Racial. O autor, atendendo ao apelo da Editora Nandyala, brinda ao público, leitor em língua portuguesa, com um conjunto de textos fundamentais a sua produção ensaística, em torno do antirracismo percebido não apenas como categoria de resistência, de resposta ao racismo como violència prévia (embora tal dimensão se mostre fundamental em nossa compreensão do conceito e de suas consequências) mas, igualmente - inovação imprescindível, a um público leitor no Brasil - como categoria de agência, de construção e partilha de devires negros possíveis.

> [...] para as pessoas negras, falar torna-se crucial para desmontar e desmistificar a estratégia de diabolização e criminalização, mas, sobretudo, para construir a sua própria narrativa que não só responda a essas perguntas, mas que potencialize outras possibilidades. Isto é, entre outros aspectos, uma das tarefas do antirracismo político (Ba, 2024, p 42)

Daí, a premissa do antirracismo ou, mais precisamente, de cada ato antirracista como ato de amor à humanidade, a perpassar o conjunto de seis ensaios e uma entrevista, a constituir a unidade do livro. O argumento do antirracismo como um ataque às ideias, caras ao Ocidente, de humanidade e de democracia, encontra sua força não apenas na Introdução do livro como, particularmente, nos três primeiros capítulos da obra, em que Mamadou Ba propõe leituras potentes, inovadoras (a nós, público leitor, no Brasil) das obras de Franz Fanon, de Achille Mbembe, assim como de um cenário contemporâneo do debate antirracista na Europa, em que o ativismo, o ensaísmo amefricano encontra oposição, virulenta, de correntes políticas conservadoras em muitos países, notadamente no Reino Unido, na França e em Portugal (lugar do qual enuncia suas teses e, em decorrência delas, tem sofrido oposição e ataques recentes). Sob tal aspecto, o cenário apresentado, nos textos de Mamadou Ba em Portugal, assim como sua apresentação dos argumentos de Reni Eddo-Lodge no Reino Unido e de Norman Ajari no contexto francês, proporcionam contribuições ao debate público antirracista, movido por sujeitas(os) negras(os) no Brasil, enquanto participação no debate público e, também de modo pertinente, no ambiente acadêmico brasileiro, de modo algum isento de posições conservadoras em suas comunidades científicas.

Especificamente no que tange a uma comunidade científica brasileira em seus esforços de pesquisa e de extensão voltados ao fomento a políticas públicas antirracistas, o argumento de Mamadou Ba, na presente obra, mobiliza textos contemporâneos (por vezes ainda não circulantes, no atual estado do debate, no país) suplementando a referências incontornáveis em nossa formação amefricana: desde referentes na primeira metade do século XX como Aimé Césaire e C. R. L. James; assim como um *corpus* de pensamento feminista negro (p. 68), em que as contribuições brasileiras de Sueli Carneiro, Thula Pires, Conceição Evaristo e Lélia González fazem sentido em um marco de pensamento amefricano a discutir, contemporaneamente, as imbricações entre racismo e

patriarcado, assim como - um dos eixos da obra, notadamente nos capítulos 2 e 3 - entre racismo e capitalismo. Caso nos detenhamos, um instante, nessa menção a Conceição Evaristo, em um cenário de pensamento amefricano contemporâneo, cumpre destacar o quanto o texto de Mamadou Ba erige uma definição de antirracismo como prática política de sujeitas(os) negras(os) a reivindicar sua plena humanidade, não uma humanidade a ser negociada ou reformada mas, em suma, um conceito de humanidade em que sujeitas(os), liberadas(os) de um caráter ontológico de Outro da brancura, Outro da Europa[2], não apresentam "[...] uma proposta para pedir licença para ocupar o nosso lugar na mesa do mundo, nem para pedir desculpas por partilhá-la" (p. 42) mas, antes e sobretudo, a necessidade de uma refundação de bases à humanidade, em que a fala negra constroi novos imaginários, novos modos modos negros de existir em que exprimimos o mundo e nossa discordância com ele:

> [...] o antirracismo político inviabiliza a captura, constrói e reconstrói imaginários, fabrica e restitui sentidos, produz narrativas e reinscreve ausências, possibilita continuidades e descontinuidades, marca capacidade de agenciamento político, inscreve a necessidade de reparação no debate público (Ba, 2024, p. 42)

Dentre os pontos inovadores da obra, ao público leitor brasileiro, convém destacar as leituras e apropriações que Mamadou Ba propõe, como posições contemporâneas, relevantes, aos argumentos de Franz Fanon (capítulo 2) e de Achille Mbembe (capítulo 3). No capítulo 2, o autor estabelece uma leitura de Fanon (a ser suplementada por sua leitura de uma intelectualidade contemporânea a se situar no debate público europeu, no capítulo 4) rumo a questionamento e negação das bases ocidentais a um conceito de Humanidade, haja vista a ideia de raça, seguida de categorização, classificação e desumanização raciais, como premissas a esse conceito:

> A supremacia branca é, na perspectiva de Fanon, uma alienação que sedimenta a hierarquização humana, uma patologia sistêmica que constitui uma falência da própria ideia de humanidade em si. Portanto, para Fanon, está definitivamente fora de questão conciliar a dignidade humana com a manutenção do projeto colonial e a doutrina racial [...] O combate de Fanon foi e continua a ser por um projeto de humanidade despojado do fantasma da categorização racial como definidora do valor da condição humana (Ba, 2024, p. 48)

Com Franz Fanon e, particularmente, com Mamadou Ba, o público leitor brasileiro encontra bases para pensar a colonialidade em uma relação inextricável com a ideia de raça, de maneira que

[2] Aqui, se mostra assaz pertinente a distinção de Sueli Carneiro, suplementando a Martin Heidegger, entre as naturezas ôntica e ontológica do sujeito, relegando a sujeitas(os) negras(os) o primeiro termo da referida distinção, na base de epistemicídios justificados, precisamente, em uma suposta ausência, insuficiência ou incompletude de humanidade, determinada exogenamente - evocando a metafísica da presença, em Jacques Derrida, com o negro ou, em suma, o Outro, ontologicamente definido como ausência, carência ou negação de Ser, de Sujeito. A referida distinção consta da introdução de seu recente livro, *Dispositivo de racialidade* (2023).

ambas recusas implicam (como no capítulo seguinte, sobre a obra de Achille Mbembe) uma recusa, radical, às bases coloniais impostas e vigentes por parte do Ocidente. Retomando a premissa fundadora, do antirracismo como agenciamento político e intervenção no debate público, a leitura que Mamadou Ba propõe dos textos fanonianos nos conduz a uma luta em que a superação (no texto, a morte) do colonialismo supõe a morte das categorias de colonizador e de colonizado:

> O colonialismo não morre tão somente pela libertação política e subjetiva do colonizado se o colonizador não o matar em si, política e subjetivamente. O pensamento de Fanon recusa o facilitismo e confronta-nos com o desafio de nunca se resignar e ter a força de se levantar sempre que a dignidade estiver ameaçada. Fanon era resolutamente contra o *status quo* e a resignação (Ba, 2024, p. 51)

Na esteira do capítulo anterior, sua leitura das teses de Achille Mbembe, no capítulo 3, constroi instrumentos a uma crítica contemporânea às bases da colonialidade e, no que a fundamenta, sua relação, sua dependência a uma ideia de raça como categoria hierarquizadora da experiência humana. Tal como no capítulo anterior, os textos de Achille Mbembe, lidos por Mamadou Ba, fomentam práticas antirracistas que, em vez de reforma ou conciliação, convidam à ruptura com uma ordem colonial, cara aos fundamentos do capitalismo:

> [...] ele [Achille Mbembe] o faz no quadro de uma disputa epistemológica que procura redefinir o lugar e o papel do processo histórico colonial na contemporaneidade das sociedades colonizadas e colonizadoras. Esse esforço clama por uma ruptura definitiva com a continuidade histórica que ainda impregna a relação do império ocidental com o resto do mundo (Ba, 2024, p. 53)

Ao se apropriar do conceito de nanorracismo que, em Achille Mbembe, alude a uma onipresença do racismo como sintoma verificável, vivível, a violentar constantemente sujeitas(os) não brancas(os) e, particularmente aos fins do argumento, sujeitas(os) negras(os)[3], Mamadou Ba inicia a construção de um argumento central à sequência da obra e, particularmente a os fins de uma resenha, argumento central a uma recepção de sua obra, ora publicada pela Editora Nandyala: sua leitura de um marco de pensamento amefricano contemporâneo, nas Áfricas e nas Américas, desenvolve a premissa de que o antirracismo, como posição política de agência a sujeitas(os) negras(os) propondo e construindo novas possibilidades de mundo, necessariamente propõe um mundo empenhado não em reformar ou supostamente humanizar suas bases capitalistas mas, ao as

[3] Argumento a receber uma nova dimensão no capítulo seguinte, em que seu comentário de Reni Eddo-Lodge nos conduz a um marco de pensamento feminista amefricano nas Américas, assim como a seu debate com as teses de Denise Ferreira da Silva, ao dissertar sobre a inextricabilidade entre racismo e capitalismo - do que decorreriam, dentre outras dificuldades próprias a um pensamento progressista, a de perceber imbricações entre classe e raça para além de uma subsunção da segunda à primeira, como categoria autossuficiente de explicação socioeconômica.

questionar, as demolir, haja vista o caráter inextricável entre colonialismo e raça, assim como entre racismo e capitalismo.

> [Achille Mbembe] Considera que a subjugação da razão à ideia de estratificação humana pela cor da pele (que sustentou a desumanização pela força da guerra e da dominação) foi um dos fundamentos do racismo ideológico, âncora do capitalismo, que marcou indelevelmente a "estrutura negra do mundo" que vai da raça à condição social de pertença até a categoria de indesejáveis (Ba, 2024, p. 54)

Suas leituras de Franz Fanon e de Achille Mbembe, assim como de intelectuais amefricanas(os) a construir o debate público antirracista contemporaneamente na Europa (capítulos 4 e 5), valoriza e evidencia, precisamente, um dos pilares de nossa leitura de *Antirracismo*: antes de justificar, em sociedades contemporâneas assentadas em uma supremacia branca, um pânico, coletivo, a um suposto "mundo negro", os debates e ações antirracistas a encontrar eco, a buscar fundamentos, a construir redes, a estabelecer solidariedades desde seu texto, visam a rediscutir e refundar bases a noções de humanidade e de democracia capazes de suportar novas formas do viver humano liberadas da premissa de estratificação humana e consequente desumanização desde um conceito de raça, imposto aos Outros do Ocidente.